

Novo acordo tenta garantir Cidade Digital

Câmara deixa para hoje a decisão sobre ampliação do Parque Nacional

LUÍSA MEDEIROS

Mais uma chance para se chegar a um consenso sobre a ampliação da área do Parque Nacional de Brasília, e assim garantir, a instalação da Cidade Digital. Ontem, no plenário da Câmara dos Deputados, foi aprovado um requerimento para adiar a votação do Projeto de Lei 4.186/2004. Com isso, parlamentares e o governo ganharam mais tempo para costurar uma nova proposta de acordo, sugerida pela Casa Civil da Presidência.

Hoje, será discutida a possibilidade de reduzir a ampliação prevista no substitutivo do projeto de lei – que prevê um aumento de 11,7 mil hectares à área original do parque, de 30 mil hectares. A última cartada, que será lançada numa reunião antes da votação de hoje à tarde, amplia em apenas 9,5 mil hectares a poligonal da unidade de conservação. A nova delimitação é bem menor do que a defendida inicialmente pelo Executivo, de 14 mil hectares.

A sugestão da Casa Civil foi costurada com o deputado federal Roberto Arruda (PFL-

DF). Ele disse que diante da falta de consenso entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Casa Civil e os parlamentares, a solução encontrada foi diminuir o acréscimo da área proposta pelo deputado federal Jorge Pinheiro (PL-DF). Segundo Arruda, o "Ibama procura criar todas as dificuldades possíveis para a instalação da Cidade Digital".

A diferença em relação ao aumento proposto pelo governo federal seria resolvida por projeto de lei, esclarece Jorge Pinheiro. "Por meio do projeto de lei, o governo pode aumentar a área do parque o quanto quiser. Só não pode diminuir", afirma ele, dizendo que reduzir a área é a melhor opção para um acordo. "É o reconhecimento que não pode ser feita uma ampliação tão grande", acredita o parlamentar.

REUNIÃO – A sugestão será debatida hoje numa reunião às 11h30 no gabinete da liderança do governo, na Câmara dos Deputados. Se for fechado, o acordo vai à votação na convocação extraordinária. Caso contrário, o substitutivo será

levado ao plenário, garante Jorge Pinheiro. "Votaremos com acordo ou não. De amanhã (hoje) não passa", enfatiza o parlamentar.

O relator do projeto de lei no plenário, deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP), confia que haverá um acordo entre as partes. "Estamos muito próximos de um projeto que possa passar por consenso", diz ele, que defende com veemência esta condição. O parlamentar esclareceu

que o adiamento da votação da proposta "não foi golpe" e justificou que chegou atrasado ao plenário porque o seu vôo de São Paulo para Brasília atrasou.

O atraso motivou o deputado federal Luiz Sérgio (PT-RJ) a apresentar um requerimento para adiar a votação da proposta. Dez minutos depois da aprovação do requerimento pelo plenário, Cardozo chegou ao local. No entanto, ele considerou oportuno o

tempo ganho.

O diretor de Ecossistemas do Ibama, Valmir Ortega, não quis comentar sobre a nova proposta sugerida pela Casa Civil. No entanto, o superintendente regional do órgão, Francisco Palhares, disse que "sempre tentam responsabilizar o Ibama pelos procedimentos ocorridos". Ele enfatizou que o órgão não abre mão de áreas como parte da Chapada Imperial, que estão previstas no parque.



Deputados discutem no plenário como pode ficar a nova poligonal do Parque Nacional de Brasília

RICARDO MARQUES

36